

Conab - Sureg-RS

**Processo:**  
**21453.000385/2025-13****CONTRATO ADMINISTRATIVO****CONTRATO Nº 16/2025**

**CONTRATO QUE ENTRA SI  
CELEBRAM A COMPANHIA  
NACIONAL DE ABASTECIMENTO  
- CONAB E A EMPRESA MULTI  
MÓVEIS - COMERCIO DE  
MÓVEIS LTDA, PARA AQUISIÇÃO  
DE DE MÓVEIS DE ESCRITÓRIO,  
MÓVEIS EM GERAL E UTENSÍLIOS.  
PROCESSO Nº  
21453.000385/2025-13**

**DISPENSA LICITAÇÃO.**

A Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, de capital fechado, na forma preceituada no §1º do art. 173 da Constituição Federal, constituída nos termos do art. 19, inciso II, da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA, conforme Medida Provisória nº 1.154 de 1º de janeiro de 2023 e Decreto nº 11.401 de 23 de janeiro de 2023, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis, e pelo seu Estatuto Social aprovado pela Assembleia Geral em 20/03/2023, publicado no D.O.U. em 23/03/2023, Edição 57, Seção 1, com sede em Brasília-DF, no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", e Superintendência Regional no estado do Rio Grande do Sul, localizada na Rua Quintino Bocaiúva, nº 57, Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob nº 26.461.699/0088-31, doravante denominada como Contratante, neste ato representada pela Superintendente Regional, Sr. Glauto Lisboa Melo Junior [conforme Portaria 88/2025, e pelo Gerente de Finanças e Administração, Sr. Gabriel de Abreu Burgos Gonçalves [conforme Portaria 8/2022], e, do outro lado, a empresa **Multi Móveis - Comercio de Móveis Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ nº 41.558.114/0001-39, localizada na Av. Benjamin Constant, nº 1788 - Bairro São João - Porto Alegre/RS, neste ato representada pelo seu proprietário, Srª. Maria Cristina Peralta Cisco, doravante denominada Contratada, resolvem celebrar o presente Contrato, que se regerá pelo Termo de Referência e seu anexo e pela proposta da Contratada, no que couber, independentemente de suas transcrições, pelo Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC, pela Lei nº 13.303, de 2016 e demais legislações pertinentes, pela respectiva modalidade de contratação e pelas cláusulas e condições a seguir:

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de móveis de escritório, móveis em geral e utensílios em atendimento as necessidades da CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento, na sua unidade da Superintendência Regional do Rio Grande do Sul e Unidade Armazenadora de Canoas, conforme especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Nos serviços a serem contratados estão inclusos materiais e mão de obra.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E DOS MATERIAIS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO
01	<b>MESA ESCRITÓRIO EM L C/ GAVETEIRO 3 GAVETAS</b> Mesa estação de trabalho 25 mm, pés metálicos simples 1400x1400 mm TAMPO COR MADEIRADO COR TREVISA + 3 GAVETAS FIXAS mesa de tampo de MDP 25 mm melamínico BP, com estrutura metálica pintada, e sapatas niveladoras, passa fios no tampo, nas medida: tampo 1400x1400 mm, prof. 600 mm, altura 740 mm	14	1.140,00
02	<b>ILHAS DE TRABALHO, COM 4 (QUATRO) LUGARES CADA C/ GAVETEIRO 3 GAVETAS</b> Ilha de 4 mesas L, 1400x1400 com divisórias COR : madeirado Carv. Trevisa, pés metal cinza ilha de trabalho, composto 4 mesas L de tampo inteiro, 1400x1400 mm, tampo em MDP maciço BP 25 mm, com bordas de ABS de 2 mm, pés de aço, em formato L invertido, divisórias de 25 mm canto arredondado, de 250mm retas, Padrão de cor Carvalho trevisa - gaveteiros fixo ao tampo de 3 gavetas com TRILHOS TELESCÓPICOS	2	5.530,00
03	<b>CADEIRA ESCRITÓRIO</b> Cadeira Diretor Giratoria c/Br Reg. e Back Sistem Plax TECIDO POLIESTER VERDE FLORESTA Cadeira Giratoria, Diretor, braços com regulagem de altura, estofado com espuma injetada de 50mm, com costuras no assento e encosto. Base a gás, com mecanismo back system. Encosto com Regulagem de altura e Reclinação. GARANTIA 05 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. CERTIFICAÇÃO NR17 conforme Minist.Trabalho	20	775,00
			TOTAL

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA E MONTAGEM

3.1. As entregas e montagens serão realizadas nos seguintes locais:

3.1.1. Sede da Superintendência Regional do Rio Grande do Sul - situada na Rua Quintino Bocaiuva, nº 57, Porto Alegre/RS - ( fone 3341.4180 - Sr. Leandro).

3.1.2. UA Canoas: R. Santo Antônio, 465 - Mato Grande, Canoas - RS, 92320-210 - (3314.4190 Sr. Mocellin)

3.2. Os serviços, assim como entregas e retiradas de materiais, ocorrerão somente em horário de expediente da Conab, ou seja: das segundas às sextas-feiras, das 8 h às 12h e das 13h às 17h, exceto feriados e pontos facultativos em que a Conab não desenvolva atividades nos locais descritos no item 2.1.

3.3. **PZ DE ENTREGA: 30/40 DIAS PAGAMENTO: 10 dias após entrega MONTAGEM: INCLUSO FRETE: CIF-INCLUSO IMPOSTOS INCLUSO GARANTIA : 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.**

## 4. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA, DO INICIO DOS SERVIÇOS E DO PRAZO

## **DE EXECUÇÃO**

- 4.1. O prazo de vigência do contrato será de 03 (três) meses.
- 4.2. O prazo para envio será de até 40(quarenta) dias após a assinatura do contrato, mediante autorização expedida pela Conab.
- 4.3. Os serviços de montagem deverão ser executados no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a partir chegado do item e da autorização expedida pela Conab.
- 4.3.1. Caso haja necessidade de dilação do prazo estipulado de entrega ou a execução dos serviços de montagem, a Contratada deverá formalizar solicitação, contendo as justificativas para o atraso, as quais serão apreciadas pela Conab quanto à concessão ou não de prazo extra.

## **5. CLÁUSULA QUINTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 5.1. De acordo com o artigo 3º, inciso XIII do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC, os Bens e serviços a serem executados podem ser enquadrados na categoria de Bens e serviços comuns.
- 5.2. Os serviços serão executados indiretamente no regime de empreitada por preço global, conforme Artigo 3º, inciso XXXVII .
- 5.3. A Contratação será por meio de Dispensa de Licitação, conforme Artigo 416, inciso II, do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC.
- 5.4. O critério de julgamento será o de menor preço, conforme Artigo 264, inciso I do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC.
- 5.5. Os recursos orçamentários decorrentes da contratação do objeto deste Termo de Referência estão consignados no Orçamento da Conab para o ano de 2025 e correrão por meio da natureza de despesa: xxxx, fonte: xxxx.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR DO CONTRATO**

- 6.1. O valor total do contrato é R\$ R\$ 42.520,00 (quarenta e dois mil quinhentos e vinte reais), fixo e irrevogável.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS GARANTIAS DOS BENS E SERVIÇOS**

- 7.1. A Contratada deverá garantir, pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias a solidez e segurança de todos os serviços executados, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- 7.2. A Contratada deverá garantir, pelo prazo mínimo de 1 (hum) ano a solidez e segurança de todos os itens, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- 7.3. Durante o período de garantia, a Contratada deverá atender aos chamados da Contratante em até 15 (quinze) dias, contados da comunicação formal.
- 7.4. O não atendimento sujeitará a Contratada às penalidades previstas neste Contrato.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO DOS BENS E SERVIÇOS**

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, por meio de termo de recebimento provisório ou recibo, pela fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Constatadas inconformidades no objeto do Termo de Referência e na proposta deverão ser registradas em documento próprio, no qual constarão as medidas a serem adotadas pela Contratada no prazo de 15 (quinze) dias.
- 8.3. As ocorrências mencionadas no subitem anterior deverão ser comunicadas pela

fiscalização à Contratada, solicitando, caso pertinente, a instauração de um procedimento administrativo para aplicação das penalidades cabíveis.

8.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias contados do recebimento provisório, por empregado ou comissão, após a verificação da qualidade e quantidade do material e, conseqüente, aceitação mediante termo circunstanciado.

8.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.7. O prazo para recebimento definitivo poderá ser prorrogado por fatos ocorridos no curso da contratação, desde que devidamente justificado no processo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia dos bens entregues.

8.9. Em caso de dúvida sobre a autenticidade do produto, o fornecedor se compromete a arcar com os custos dos testes de originalidade, a serem realizados nos laboratórios dos próprios fabricantes, ou não sendo possível, em outro escolhido de comum acordo entre as partes.

8.10. Recebidos os materiais sem a necessidade de realização de análise ou finalizadas as análises procedidas e após as providências adotadas, os mesmos serão recebidos definitivamente.

8.11. O não cumprimento dos prazos ensejará a aplicação de sanções previstas neste Termo de Referência.

## **9. CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da execução dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

9.2. A atividade de gestão e fiscalização do contrato deverá ser executada em conformidade com as disposições dos artigos 535 a 540 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC.

9.3. Para o acompanhamento e fiscalização do contrato, a Conab será responsável pela verificação dos serviços executados, dos padrões de qualidade exigidos e a Contratada como responsável pela execução e gestão dos recursos necessários para o cumprimento do contrato.

9.4. A fiscalização da contratação, exigindo o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais, seus anexos e os termos de sua proposta, sobre os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

9.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Conab ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o artigo 76 da Lei nº 13.303/2016.

9.6. A Contratada se responsabilizará por todos os aspectos funcionais, técnicos e legais, devendo:

9.6.1. Efetuar o acompanhamento contínuo e periódico da execução do contrato.

9.6.2. Zelar pela execução do objeto contratual em conformidade com as normas técnicas vigentes.

9.6.3. Zelar pela plena, total e perfeita execução do objeto contratado.

9.7. Eventuais dúvidas durante o período de vigência contratual deverão ser encaminhadas formalmente para a Conab.

9.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no artigo 519, §2º do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC.

9.9. A comunicação entre a Conab e a Contratada dar-se-á por meio de correio eletrônico, sempre que se entender necessário o registro de ocorrências relacionadas com a execução do contrato.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do material, de acordo com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, respeitando-se o quantitativo entregue, após conferência de quantidade e qualidade, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta-corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.1.1. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.2. Antes de cada pagamento será realizada consulta ao SICAF e caso o resultado seja desfavorável, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis ao contratado, prorrogável uma vez por igual período a critério da Conab, para a regularização ou apresentação da sua defesa.

10.2.1. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Conab deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Conab, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.2.2. Persistindo a irregularidade, a Conab deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato, assegurada à contratada o contraditório e a ampla defesa.

10.2.3. Havendo o efetivo fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.2.4. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela Diretoria Gestora na Matriz ou pela Superintendência Regional no âmbito da sua competência, não será rescindido o Contrato em execução com empresa ou profissional inadimplente no SICAF.

10.3. Dos pagamentos devidos à Contratada serão retidos os impostos e contribuições de acordo com a legislação vigente.

10.3.1. Caso o contratado seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, junto à Nota Fiscal/Fatura, a devida declaração, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

10.4. As eventuais multas impostas ao Contratado em decorrência de inadimplência contratual poderão ser descontadas do pagamento devido desde que concluído o procedimento para aplicação de sanções.

10.5. À Contratante reserva-se o direito de recusar o pagamento se no ato da atestação os bens fornecidos não estiverem em perfeitas condições de utilização ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

10.6. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Conab, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

**EM** =  $I \times N \times VP$ , onde:

**EM** = Encargos Moratórios devidos;

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, computado com base na fórmula  $I = [(TX/100)/365]$ ;

**N** = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

**VP** = Valor da prestação em atraso.

## 11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. A despesa orçamentária da execução deste Contrato correrá à conta da nota de empenho: 2025NE000907

## 12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

12.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referências e seus anexos e contrato.

12.3. Verificar minuciosamente a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

12.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no curso da execução dos serviços, para que sejam reparadas ou corrigidas.

12.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com o previsto neste Termo de Referência e Contrato.

12.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada.

12.7. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente dos serviços prestados.

## 13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

13.1. Cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos, contrato e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

13.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

13.3. Substituir, reparar ou corrigir, os serviços executados com equívocos ou incoerências.

13.4. Comunicar à Conab, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que após a ocorrência, os motivos que impossibilitem e/ou atrasem indefinidamente o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

13.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência.

13.6. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Conab, durante a realização do contrato.

13.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

13.8. Assumir objetivamente inteira responsabilidade civil e administrativa pelo atendimento do objeto contratual, correndo por sua conta os ônus inerentes à prestação dos serviços, tais como: encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, seguros, tributos, taxas, licenças, férias e outras despesas previstas na legislação específica, que venham a incidir sobre a contratação de seus empregados e seus prepostos durante e/ou em decorrência da execução dos serviços contratados, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Conab.

13.9. Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio da Conab ou ao patrimônio de terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos, reposições ou indenizações cabíveis e

assumindo o ônus decorrente.

13.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 497 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC.

13.11. Manter o sigilo e a confidencialidade acerca das informações obtidas, quando da execução dos serviços.

13.12. **Fornecer, os materiais, a mão de obra especializada**, todas as ferramentas e equipamentos necessários e apropriados à execução do objeto, ficando responsável por sua guarda e transporte.

13.13. Cumprir as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho.

13.14. Manter a limpeza do local de trabalho durante todo o andamento da obra, tanto quanto possível, livre de obstáculos, detritos, entulhos, enfim, tudo que restrinja a liberdade de trabalho ou contrarie as "Normas de Higiene e Segurança no Trabalho".

13.15. Providenciar a imediata e total limpeza do local após a conclusão do serviço, de modo a permitir o seu uso imediato.

#### 14. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE**

14.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano, contado da data limite para a apresentação das propostas.

#### 15. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. A Contratada, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e a ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC e na Lei nº 13.303/2016:

15.1.1. Advertência.

15.1.2. Multa moratória.

15.1.3. Multa compensatória.

15.1.4. Multa rescisória, para os casos de rescisão unilateral, por descumprimento contratual.

15.1.5. Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab, por até 02 (dois) anos.

15.2. As sanções previstas nos itens 15.1.1 e 15.1.5 poderão ser aplicadas com as dos itens 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4.

15.3. A proponente ou adjudicatária que cometer qualquer das infrações elencadas no artigo 576 a 580 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções previstas neste item.

15.4. A Contratada que cometer qualquer das infrações elencadas no artigo 576 a 580 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC, dentre outras apuradas pela fiscalização do contrato durante a sua execução, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções previstas neste item.

15.5. A aplicação das penalidades previstas neste item realizar-se-á em processo administrativo assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as regras previstas no Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC.

15.6. A aplicação de sanção administrativa e o seu cumprimento não eximem o infrator da obrigação de corrigir as irregularidades que deram origem à sanção.

##### 15.7. **Da sanção de advertência:**

15.7.1. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado não seja suficiente para acarretar prejuízo à Conab, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

15.7.2. A aplicação da sanção do item 18.7.1 importa na comunicação da advertência à Contratada, devendo ocorrer o seu registro junto ao Sicaf – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores.

#### 15.8. **Da sanção de multa:**

15.8.1. Em decorrência da prática por parte da Contratada/Proponente/Adjudicatária das condutas elencadas nos artigos 576 e 580 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab – RLC deverá ser aplicada multa correspondente a 5% sobre o **valor total estimado** para a licitação em questão.

15.8.2. Pela recusa em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, deverá ser aplicada multa correspondente a 6% sobre o valor **homologado** para a contratação em questão.

15.8.3. Multa moratória de 0,05% sobre o **valor total** do contrato, por dia de atraso na conclusão dos serviços até o limite de 15 (quinze) dias.

15.8.4. Multa moratória de 0,09% sobre o **valor total** do contrato, por dia de atraso na conclusão dos serviços, por período superior ao previsto no item 18.8.4, até o limite de 15 (quinze) dias.

15.8.4.1. Esgotado o prazo limite a que se refere o item 18.8.4 poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato.

15.8.5. Multa compensatória no percentual de 6% sobre o **valor total** do contrato, no caso de inexecução parcial do contrato.

15.8.6. Multa compensatória no percentual de 8% sobre o **valor total** do contrato, no caso de inexecução total do contrato.

15.8.7. Multa rescisória de 10% sobre o **valor total** do contrato, no caso de **rescisão** contratual unilateral do contrato, motivada por descumprimento contratual por parte da Contratada.

15.8.7.1. Em havendo rescisão por interesse público, conforme Artigo 492 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab – RLC, não haverá cobrança de multa.

15.8.8. As multas moratória, compensatória e rescisória possuem fatos geradores distintos. Não poderão ser aplicadas duas multas sobre o mesmo fato gerador; caso contrário, configurará repetição da sanção (*bis in idem*).

15.8.9. A multa aplicada poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Conab ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

15.8.10. A aplicação da sanção de multa será registrada no Sicaf.

#### 15.9. **Da sanção de suspensão:**

15.9.1. Cabe a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, prejuízo à Conab, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou, ainda, em decorrência de determinação legal.

15.9.2. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab, por até 02 (dois) anos, será realizada de acordo com os artigos 579 a 580 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab – RLC e registrada no Sicaf – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores e no Cadastro de Empresas Inidôneas – CEIS de que trata o artigos 23 da Lei nº 12.846/2013.

15.9.3. Em decorrência da prática por parte da Contratada/adjudicatário das condutas elencadas nos artigos 576 e 580 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab – RLC, poderá ser aplicada a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab.

## 16. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO**

16.1. A inexecução total do contrato ensejará a sua rescisão, enquanto a inexecução parcial poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis, conforme disposto nos artigos 568 a 572 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab – RLC.

- 16.2. A rescisão poderá ser:
- 16.2.1. Por ato unilateral e escrito da Conab.
- 16.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a Conab.
- 16.2.3. Judicial, por determinação judicial.
- 16.3. A rescisão amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 16.4. A rescisão amigável não será cabível nos casos em que forem constatados descumprimentos contratuais sem apuração de responsabilidade iniciada ou com apuração ainda em curso.
- 16.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa, conforme procedimento previsto nos artigos 582 a 593 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC.
- 16.6. A rescisão deverá ser formalizada por termo de rescisão unilateral ou distrato, no caso de rescisão amigável, devendo o respectivo extrato ser publicado no Diário Oficial da União.
- 16.7. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido por:
- 16.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.
- 16.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.
- 16.7.3. Indenizações e multas.

## 17. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA MATRIZ DE RISCO**

- 17.1. A Matriz de Riscos é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do Contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.
- 17.2. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não-exaustivas elencadas na Matriz de Riscos - Anexo I do Termo de Referência.
- 17.3. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à CONTRATANTE, conforme estabelecido na Matriz de Riscos - Anexo I do Termo de Referência.

## 18. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

- 18.1. O presente Contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas do artigo 510 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC, vedando-se alterações que resultem em violação ao dever de licitar.
- 18.2. A Contratada poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 18.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.
- 18.4. Fica vedada a celebração de termos aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da Contratada.
- 18.5. A Contratada somente poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de suas responsabilidades previstas na Matriz de Riscos - Anexo I do Termo de Referência.

## 19. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 19.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação

exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Contratante à continuidade do contrato.

## **20. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS VEDAÇÕES**

20.1. É vedado à Contratada:

20.1.1. Caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira.

20.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

20.1.3. Subcontratar, na íntegra ou parcialmente, o objeto contratado.

## **21. CLÁUSULA DÉCIMA NOVA - DA VEDAÇÃO AO NEPOTISMO**

21.1. Conforme disposto no parágrafo 1º do artigo 12 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC e do artigo 7º do Decreto nº 7.203/2010, fica vedada a contratação:

21.1.1. De quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com autoridade do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, com dirigente da Contratante ou com empregado da Contratante cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela contratação.

21.1.2. De empregado ou dirigente da Contratante como pessoa física.

21.1.3. De empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado o seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Contratante há menos de (06) seis meses.

21.1.4. De empresas cujos administradores ou sócios tenham relação de parentesco, em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, com agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na Contratante, incluindo neste parentesco, cônjuge ou companheiro.

## **22. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA VINCULAÇÃO**

22.1. Consideram-se integrantes do presente Instrumento Contratual os termos do Termo de Referência e seus Anexos, a Proposta da Contratada, no que couber, e demais documentos pertinentes, independente de transcrição.

## **23. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

23.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas no Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC, na Lei nº 13.303, de 2016 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos aplicáveis às empresas públicas e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e Normas e Princípios Gerais dos Contratos.

## **24. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PROTEÇÃO DE DADOS**

24.1. As Partes comprometem-se, sempre que aplicável, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável ("Dados Pessoais") e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei 12.965 (Marco Civil da Internet), de 23 de abril de 2014, o Decreto Federal 8.771, de 11 de maio de 2016, e demais leis e regulamentos aplicáveis. No caso de situações não definidas nesta cláusula aplica-se o disposto na Lei nº 13.709/2018.

24.2. As Partes, ao efetuarem a assinatura no presente instrumento jurídico reconhecem que, toda operação realizada com os Dados Pessoais identificados neste instrumento, serão devidamente tratadas, de acordo com as bases legais dispostas no artigo 7º da Lei 13.709/2018, vinculando-se especificamente para a execução das atividades deste instrumento jurídico.

24.3. A Parte Receptora garante a utilização de processos sob os aspectos da segurança da informação, principalmente no que diz respeito à proteção contra vazamento de informações e

conscientização dos colaboradores sobre o uso adequado das informações.

24.4. A Parte Receptora, incluindo todos os seus colaboradores, compromete-se a tratar todos os Dados Pessoais como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público sem qualquer contribuição da Parte Receptora, ainda que este instrumento jurídico venha a ser resolvido e independentemente dos motivos que derem causa ao seu término ou resolução.

24.5. A Parte Receptora deverá manter registro das operações de tratamento de Dados Pessoais que realizar, bem como implementar medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruição total, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (seja ele físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de dados pessoais são estruturados de forma a atender os requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança e aos princípios gerais previstos em Lei e às demais normas regulamentares aplicáveis.

24.6. A Parte Receptora deverá notificar a Parte Reveladora, no prazo determinado em regulamento da Autoridade Nacional, ou seja, em até 2 (dois) dias úteis da ciência, de qualquer não cumprimento das disposições legais ou contratuais relacionadas aos Dados Pessoais que afete a Parte Reveladora, assim como de qualquer violação de Dados Pessoais que teve acesso em função do presente instrumento jurídico.

24.7. A Parte Receptora deverá por seus próprios meios adotar instrumentos de proteção dos Dados Pessoais junto aos seus colaboradores e fornecedores, de forma a preservar o sigilo dos Dados Pessoais da Parte Reveladora.

24.8. As Partes reconhecem que o compartilhamento ou a transferência de dados pessoais para as bases de dados internas da Conab e para o Órgão da Imprensa Nacional para publicação dos atos oficiais da Administração Pública, quando for necessário, está contemplada pelo disposto no artigo 26 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, e pelo inciso IV do § 1º do mesmo artigo, conforme a finalidade do referido instrumento jurídico.

24.9. As Partes "Reveladora e Receptora ", por si e seus subcontratados, garante que, caso seja necessário transferir para o exterior qualquer Informação Pessoal cumprirá as Leis de Proteção de Dados Pessoais, em especial os artigos 33 a 36 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais referentes à transferência internacional de Informações pessoais."

## 25. **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

25.1. A publicação do extrato do presente contrato deverá ser providenciada pela CONTRATANTE até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura no Diário Oficial da União, conforme disposto no art. 480 do RLC.

## 26. **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO**

26.1. As partes elegem o foro da Justiça Federal, Subseção Judiciária de Porto Alegre, competente para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas em razão deste contrato, que não puderem ser resolvidas de comum acordo.

E por estarem justas e acordadas firmam o presente instrumento.

### **Pela Contratante:**

GLAUTO LISBOA MELO JUNIOR  
Superintendência Regional do Rio Grande do Sul  
Superintendente

GABRIEL BURGOS GONÇALVES  
Gerência de Finanças e Administração  
Gerente

### **Pela Contratada:**

MARIA CRISTINA PERALTA CISCO

Proprietária

Porto Alegre, 19 de dezembro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Peralta Cisco, Usuário Externo**, em 19/12/2025, às 09:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL DE ABREU BURGOS GONCALVES, Analista Engenheiro (a) - Conab**, em 19/12/2025, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **GLAUTO LISBOA MELO JUNIOR, Superintendente Regional - Conab**, em 19/12/2025, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: [https://sei.agro.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **49200273** e o código CRC **7D5C5D66**.

Referência: Processo nº.: 21453.000385/2025-13

SEI: nº.: 49200273